

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.648 - SP (2019/0357088-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **ALYSTON ROBER DE CAMPOS**
ADVOGADO : **ALYSTON ROBER DE CAMPOS - SP268204**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **YAN AZEVEDO DIAS (PRESO)**
PACIENTE : **ALBERTO FROID LINCOLN DO AMARAL (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Yan Azevedo Dias e Alberto Froid Lincoln do Amaral** - condenados pela prática do crime de tráfico de drogas, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento à apelação criminal do Ministério Público para fixar as penas dos pacientes em 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 583 dias-multa, mantendo a prisão preventiva decretada pelo Juízo de Direito da 25ª Vara Criminal do Foro Central Criminal Barra Funda da comarca de São Paulo (Ação Penal n. 0065310-70.2018.8.26.0050).

Alega o impetrante, em síntese, constrangimento ilegal consistente na negativa em recorrer em liberdade, ao argumento de ausência de fundamentação.

Argumenta, ainda, que a sentença condenatória não transitou em julgado, estando os pacientes presos em decorrência de acórdão proferido em segunda instância.

Postula, então, em liminar e no mérito, a concessão da ordem a fim de revogar a prisão preventiva dos pacientes.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

No caso, encontra-se presente a plausibilidade jurídica das alegações.

Superior Tribunal de Justiça

Em relação à negativa de recorrer em liberdade, o juiz sentenciante afirmou o seguinte (fl. 300 - grifo nosso):

[...]

Tratando-se de **crime hediondo**, deverão iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade no regime fechado, observando-se o disposto no artigo 2º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.072/90 (com redação dada pela Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007).

Os réus demonstraram que auferem a própria subsistência da criminalidade (narcotráfico). **Logicamente que em liberdade, voltarão a delinquir, em detrimento da Sociedade.** Além de presentes os pressupostos para a continuidade da custódia (preservação da ordem pública e garantia da aplicação da lei penal), nota-se que **os sentenciados permaneceram presos cautelarmente durante o curso do processo e não tem o direito de apelar em liberdade, visto que um dos efeitos da sentença condenatória é justamente ser o preso conservado na prisão** (RHC 3.473-4, 5ª Turma, rel. Min. Jesus Costa Lima, j. 23.3.94, v.u. 4.4.94, p. 6691). De rigor acautelar o **meio social** e a **própria credibilidade na Justiça** em face da gravidade do crime e de sua repercussão. **Recomendem-se os réus na prisão.**

[...]

A prisão foi mantida pela Corte local sem indicar elementos concretos que justificassem a manutenção da custódia. Deixou também de analisar os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, a fim de justificar a prisão cautelar.

Parece-me, assim, excessiva, no caso concreto, a prisão preventiva, sendo recomendável a aplicação de outras medidas cautelares.

Tal a circunstância, **defiro** a medida liminar para permitir que os pacientes aguardem em liberdade o julgamento do presente *writ*, salvo se por outro motivo estiverem presos, e ressalvada a possibilidade de haver decretação de prisão, caso se apresente motivo concreto para tanto. Imponho-lhes, por ora, as medidas cautelares previstas no art. 319, IV e V, do Código de Processo Penal, devendo o Juízo de primeiro grau estabelecer as condições e acrescentar as medidas que achar necessárias.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça de São Paulo e ao Juiz singular acerca do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

